

Ministros aprovam ações em prol da educação financeira e destacam sua importância para sociedade e o País

Ao participar da solenidade de lançamento oficial da 2ª Semana de Educação Financeira (ENEF), promovida Susep, com apoio da CNseg, ocorrida nesta segunda-feira (9), na sede nacional do Sebrae, em Brasília, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, classificou a educação financeira como uma iniciativa de grande importância e de repercussão extremamente positiva na vida dos indivíduos e do País. “Quando mais consciência há na administração dos próprios recursos, melhor as pessoas podem fazer suas escolhas, fortalecendo o processo de cidadania, ao torná-la mais inclusiva”, disse ele.

Referindo-se às 485 ações educacionais cadastradas na semana ENEF (de 9 a 15 de março), ele reconheceu que tais iniciativas contribuem para o aumento da proficiência financeira e, em consequência, de melhores escolhas de produtos e serviços financeiros, algo chave para a prosperidade de toda a sociedade. “A grande verdade (ou mérito) da educação financeira é permitir que as pessoas adotem decisões melhores, ajustem as despesas às receitas disponíveis e alcancem equilíbrio em sua vida financeira”, afirmou ele.

Além de Joaquim Levy, diversas autoridades do governo federal, como o ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, representantes dos ministérios da Justiça (a secretária Nacional do Consumidor (Senacon), Juliana Pereira da Silva), da Educação, do Banco Central (seu presidente interino Anthero Meirelles), da CVM, da Previc (diretor-superintendente Carlos de Paula), da Susep (o superintendente Roberto Westenberger e diretores), participaram da solenidade, demonstrando apoio a esta importante ação de política de estado. Pelo lado privado, as principais lideranças do mercado segurador - os presidentes da CNseg, Marco Antonio Rossi; da FenSeg, Paulo Marraccini; da FenaPrevi, Osvaldo do Nascimento; da FenaCap, Marcos Barros; e a diretora executiva da CNseg, Solange Beatriz Palheiro Mendes - e outros integrantes do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), como BM&FBOvespa, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban), por exemplo.

Para o ministro Joaquim Levy, a decisão de englobar diversos pares da sociedade no esforço da educação financeira, de jovens a idosos, deve garantir uma demanda mais consciente dos produtos disponíveis na indústria financeira e, em especial, ampliar a procura de uma série de seguros pessoais e patrimoniais. Sobre tudo diante dos desafios que se aproximam de toda a sociedade, como as pressões geradas pela transição demográfica, ele está convencido de que o esforço individual de constituir poupança (previdência) e de transferir riscos (via seguros) será fundamental para garantir a qualidade de vida. “A previdência privada é apenas um dos instrumentos do seguro. Afinal, o brasileiro vai aprendendo que, em sociedade desenvolvida, há cada vez mais seguros para garantir a tranquilidade e reduzir as vulnerabilidades. Quando não se tem qualquer proteção, mesmo que seja um microsseguro, qualquer evento pode ter proporções extraordinárias ou catastróficas na vida das pessoas, produzindo grande desorganização. Por isso, que o seguro, à medida que se torna mais acessível e mais bem-compreendido, tem um efeito fantástico no bem-estar das pessoas. E o fato de o Brasil já ter uma indústria de seguros sofisticada e desenvolvida é uma garantia nessa marcha de equilíbrio e de trajetória de um futuro menos turbulento”, assinalou ele.

Após lembrar que hoje um quarto da população dispõe de previdência complementar e outros milhões contam com proteção da saúde suplementar, o ministro assinalou que a expansão do seguro será ainda mais acelerada com a educação financeira, porque esta ajudar as pessoas a perceberem o valor e a importância do seguro em suas vidas. “O mercado de seguros é um setor de enorme impacto no social. Portanto, quanto mais crescer, melhor será para o conjunto da sociedade”, afirmou ele.

A solenidade de Brasília foi comandada pelo superintendente da Susep, Roberto Westenberger, que é o atual presidente da Conef, reuniu pelo menos 400 participantes. Coube a ele apresentar as

principais ações da semana ENEF (quiz, palestras, oficinas, cursos, livros, peça de teatro, etc) e destacar seu foco, nesta edição, nas escolas.

Para Westenberger, a escola é o espaço ideal para promover a educação financeira, aplicada como tema transversal e dialogando com as diversas disciplinas do sistema de Educação do Ensino Médio e Fundamental. Ele acrescentou que desenvolver a educação financeira em sala de aula é uma importante contribuição para um futuro financeiro melhor para os estudantes e para o fortalecimento da cidadania. “Não se pode aprender a cozinhar sem os ingredientes”, assinalou ele.

A secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), Juliana Pereira da Silva, elogiou a iniciativa da Semana ENEF, lembrando que a educação é um efetivo instrumento de proteção do consumidor. A educação não apenas protege, mas também previne conflitos. Sem as medidas educativas, o consumidor fica mais vulnerável a práticas ilegais ou a adquirir empréstimos inadequados ao seu perfil, exemplificou.

Ela lembrou ainda que a presidente Dilma Rousseff, lançou, em março de 2013, o Plano Nacional de Defesa do Consumidor (Plandec), que, entre outros objetivos, inclui a prevenção e solução de conflitos. Para ela, a educação financeira está em linha com os objetivos do Plandec, ao acenar com melhor entendimento das cláusulas contratuais e ampliar o entendimento de direitos e deveres dos consumidores. A seu ver, “seguramente, a solução para nosso país é a educação”, concluiu.

O ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, disse que um dos méritos da educação financeira é despertar a preocupação das pessoas sobre as formas de custear o próprio futuro, sobretudo em um quadro de acelerado aumento da expectativa de vida. “A educação é uma ferramenta para melhor lidar com o dinheiro”. Sabe-se que a grande maioria da sociedade não se prepara adequadamente no campo financeiro, o que gera consequências negativas. Isso vale também para a educação previdenciária, algo premente de discussão com o processo de transição demográfica. A sobrevida já bate nos 84 anos, e a sociedade brasileira insiste na premissa de que tem de aposentar aos 50 anos. E aí, por falta de informação, toma medidas erradas. Este modelo, com pessoas vivendo mais e com a taxa de fecundidade em queda, não é sustentável. Nem na Europa, onde há países com 140% de PIB de poupança previdenciária, este problema exigirá respostas adequadas.

Para o ministro, o desafio de custear a velhice precisa ser mais bem discutido pela sociedade. “As pessoas têm de adquirir conhecimento para pensar estrategicamente seu futuro”. Nesse sentido, ele também considera relevante a parceria com o Ministério da Educação, para introduzir essa discussão também nas salas de aula.

O secretário executivo do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, representando o titular da pasta, afirmou que a educação financeira é importante para a cidadania. Em razão disso, informou que mais de 2,9 mil escolas estarão recebendo livros sobre educação financeira. Com acesso a informações adequadas e conhecimento específico, os estudantes estarão mais bem preparados para a tomada de decisão no plano financeiro.

O presidente interino do Banco Central, Anthero Meirelles, destacou as principais ações educacionais do BC, como o site de programa de cidadania financeira, e outras parcerias para garantir o avanço da Educação Financeira. Ele disse ser importante celebrar avanços e adesões no programa de educação financeira do País, por ser um pilar fundamental da inclusão e da estabilidade econômica, temas tão caros ao BC.

Todas as ações integrantes da 2ª Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF) são gratuitas e sua programação completa pode ser conferida na página oficial do evento (www.semanaenef.gov.br).

Fonte: CNseg, em 10.03.2015.